

Algumas empreiteiras estão "retardando" a entrega de novos postos de saúde à população, na tentativa de "pressionar o governo a reajustar o valor da obra", firmado em contratos celebrados durante a vigência do Plano Cruzado. Por causa dessa divergência entre o governo do Estado e construtoras, cerca de 20 mil pessoas em cada área da cidade estão sem atendimento médico.

A denúncia partiu do Movimento de Saúde da Zona Leste, onde, há mais de um ano, cerca de dez Unidades Básicas de Saúde (UBS) estão praticamente concluídas e aparelhadas mas ainda não entraram em funcionamento. O vice-presidente da Associação dos Empreiteiros de Obras Públicas, Vanderlei de Natale, nega a denúncia, argumentando que as obras podem estar praticamente concluídas embora não totalmente finalizadas.

E falta à Secretaria de Saúde realizar as últimas medições nos prédios.

Mas a protelação é confirmada pela Coordenadoria Regional de Saúde 1, cujo coordenador-geral, dr. Fernando Proença de Gouveia, faz a acusação: para evitar que a secretaria de Saúde ocupe o posto, construtoras praticam "sabotagens" e chegam a contratar serviços de vigilância durante 24 horas por dia.

E o atraso na entrega dos postos de saúde está sendo recebido, em muitos casos, com revolta e violência pela população — e algumas unidades chegaram a ser depredadas.

Falta "boa vontade"

De acordo com o Movimento de Saúde da Zona Leste, há na região dez postos de saúde já concluídos. Outros 30 estão em construção. As obras fazem parte do Programa Metropolitano de Saúde, que prevê a instalação de 70 unidades em toda São Paulo. Os recursos iniciais foram congelados em 1984 junto ao Banco Mundial, que liberou 55 milhões de dólares para a construção desses postos de saúde e de hospitais públicos.

Antônia Tavares de Souza Rodrigues, uma das coordenadoras do Movimento de Saúde da Zona Leste, entidade que abrange 80 bairro, da Zona Leste, afirma, porém, que desde então "nenhuma UBS foi entregue à população". Ela explicou que algumas unidades estão devidamente aparelhadas com macas, cadeira odontológica, escrivaninhas, cadeiras, autoclave e aparelhos dentários, além de já terem até quadro de funcionários preenchido. "Mas estão esperando a boa vontade do nosso governador", ela afirma.

Para apressar a entrega dos postos, o Movimento já realizou duas assembleias, das quais participaram representantes de diversos Escritórios Regionais de Saúde e o coordenador-geral da Coordenaria de Saúde 1, Proença de Gouveia. "Ele (Gouveia) esteve conosco em dezembro do ano passado e também no dia 10 de março, participando das nossas assembleias. No dia 12 de dezembro, prometeu

POSTOS DE SAÚDE PRONTOS POR QUE NÃO FUNCIONAM?

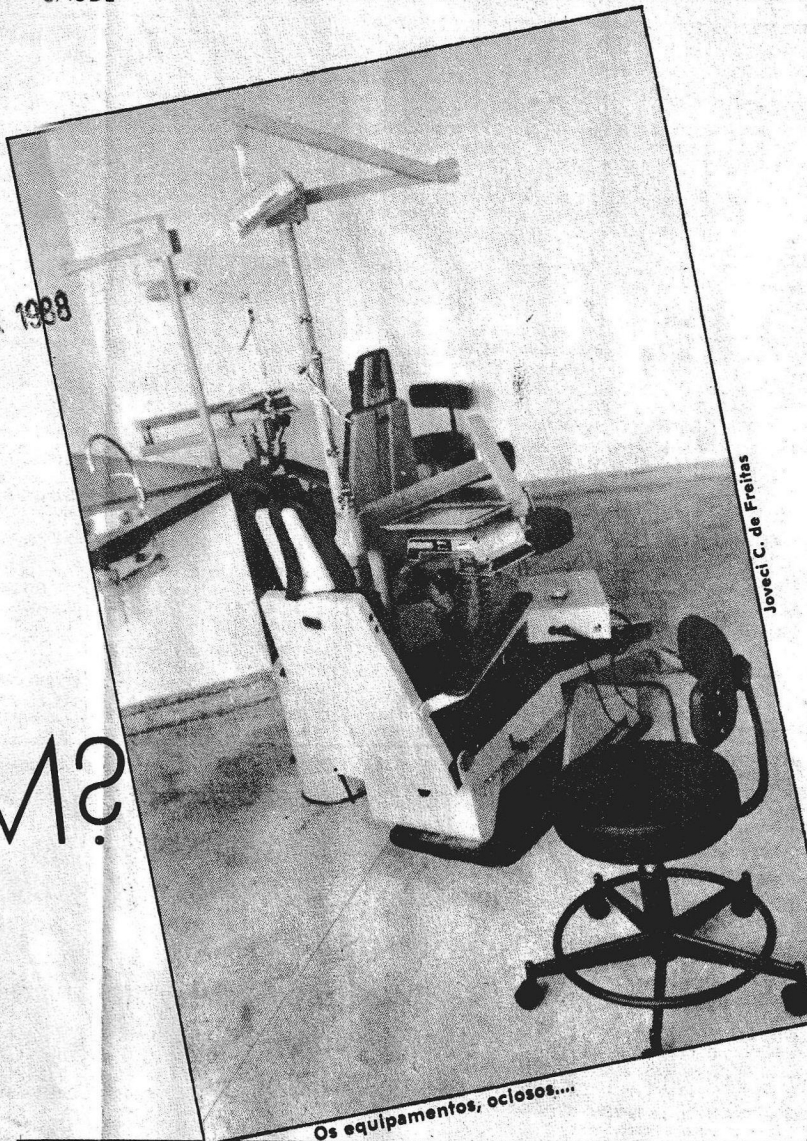
Uma divergência sobre reajustes de pagamento entre o governo Quercia e empreiteiras está atrasando a entrega de novos postos de saúde na Zona Leste

abrir os postos já concluídos até o final do mês. Quanto aos outros 20 que estão em obras, afirmou que seriam entregues em fins de janeiro." Segundo Antônia Tavares, a causa do atraso é uma só: "As empreiteiras estão querendo um reajuste para compensar a inflação de 85 para cá, e as autoridades da área sanitária não estão querendo pagar: preferem desviar o dinheiro para outros fins, como, por exemplo, esse Caixa 2 da Secretaria da Saúde", acusa a coordenadora.

O dr. Proença de Gouveia reforça

as acusações: desligar disjuntores elétricos, retirar bombas d'água são algumas das formas de "vandalismo" encontradas pelas empreiteiras para evitar que a secretaria ocupe os postos. E ele cita exemplos: o Unidade Terra Preta, na região de Caieiras, é um deles: "Como as obras estão concluídas em 98%, em muitos casos, nós assumimos a realização dos últimos retoques, e, depois, descontamos do devido às empreiteiras", prossegue Gouveia. "É o caso, por exemplo, da unidade de Vila Nova Cachoeirinha ou do Centro

de Saúde da Cidade Dutra", afirmou, esclarecendo que a secretaria está tentando encontrar uma forma legal de ocupar as unidades que não estão sendo entregues pelas construtoras. Gouveia informou também que é prática normal, entre algumas empreiteiras, facilitar o pagamento da obra: é o caso da construção do Centro de Saúde Humberto Cerruti e o do Jardim Buturuçu, em Ermelino Matarazzo. "Mas há centros de saúde já equipados — e esse material pertence ao governo — e com quadro de funcionários já



completo — e pagos pela prefeitura, que administra as UBS — que estão sendo constantemente vigiados. É o caso do posto Vila Borges, no Butantã; do Jardim Jacuí, em Itaquera; e do Vila Santana, também em Itaquera." Em muitos deles, segundo o coordenador, está havendo depredação.

Na Unidade Básica de Saúde Vila Santana, a presença do vigia à porta do centro confirma a denúncia. Pedro Roberto Bernardes de Souza trabalha há dois meses para a Vigimen, que presta serviços de segurança e vigilância no local. Esclarece que o posto está pronto, há mais de um ano. "Falta só uma cerca em volta do prédio."

Do lado de dentro, há toda sorte de aparelhos médicos e odontológicos. "A procura neste posto é grande, mas a inauguração, marcada para o dia 25 de janeiro, foi adiada", conta, explicando que sua empresa foi contratada pela construtora GTO. "Os moleques jogam pedras contra os vidros, arremessam pedaços de madeira. Acho que estão nervosos com o atraso", suspeita.

Argumento das empreiteiras

Na Associação dos Empreiteiros de Obras Públicas, o vice-presidente da área de edificações, Vanderlei de Natale, nega divergências e rebate a acusação do dr. Proença de Gouveia, de que algumas construtoras querem reajuste de até 50% sobre o valor contratual inicial: "Na verdade, a demora para pagar é normal. O Estado tem o direito de aferir o que foi feito". Esclarecendo que o metro quadrado construído vale, hoje, cerca de 65 OTNs e que a metragem média de uma unidade de saúde aproxima-se de mil metros quadrados, Natale também justificou o atraso das empreiteiras na entrega das obras, dizendo que "quando uma unidade está concluída em 98% não o está em 100%. Segundo ele, a associação dos empreiteiros tem como função discutir apenas idéias e práticas, sem interferir "na atuação de cada empreiteira, que pode, como empresa isolada, boicotar a entrega de uma obra, se quiser". Natale informou ainda que, a partir desta semana, a secretaria fará as últimas medições das obras realizadas, "e o pagamento deverá sair no máximo em 30 dias".

Cansado de promessas, o Movimento de Saúde da Zona Leste decidiu marcar para amanhã, às 9 horas, nova reunião com representantes dos Conselhos de Saúde e Comissões de Saúde do Movimento de Saúde da Zona Leste. O dr. Proença de Gouveia deve representar a Secretaria de Saúde do Estado; espera-se também a presença de diretores dos Escritórios Regionais de Saúde de Vila Prudente, Penha e Itaquera, do representante do Departamento de Saúde da Comunidade 3 (Penha) da Prefeitura e do secretário de Higiene da Prefeitura, Fernando Mauro Pires Rocha Filho. A reivindicação: a imediata abertura dos postos de saúde já concluídos.

Marleine Cohen

jornal da tarde